

23. Incidência dos Impostos - II

23.1. IPI – Imposto S/Produtos Industrializados

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um imposto federal, em que somente a União tem competência para instituí-lo (Art.153, IV, da Constituição Federal).

Suas disposições estão descritas através do Decreto 4544 de 2002(RIPI/2002), incidindo sobre produtos industrializados, estrangeiros e nacionais.

O fato gerador do IPI ocorre em um dos seguintes momentos:

- a) com o desembaraço aduaneiro do produto importado;
- b) com a saída do produto industrializado do estabelecimento do importador, do industrial, do comerciante ou do arrematador;
- c) com a arrematação do produto apreendido ou abandonado, quando este é levado a leilão.

Os contribuintes do imposto podem ser o importador, o industrial, o comerciante ou o arrematador ou a quem a lei os equiparar, a depender do caso.

A alíquota utilizada varia conforme o produto. Determinado o produto, tanto pode ser isento quanto ter alíquota de mais de 300% (caso de cigarros).

As alíquotas estão dispostas na Tipi (Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados).

A base de cálculo depende da transação. No caso de venda em território nacional, a base de cálculo é o preço de venda. No caso de importação, a base de cálculo é o preço de venda da mercadoria, acrescido do Imposto de Importação e demais taxas exigidas (frete, seguro, etc.).

A principal função do IPI é fiscal, embora ele seja um imposto seletivo. Em caso de produtos que o governo queira estimular, ele pode isentá-lo do IPI.

No caso de produtos que o governo queira frear o consumo (caso do cigarro, bebidas e produtos de luxo, por exemplo), o governo pode colocar alíquotas proibitivas.

23.1. II – Imposto de Importação

O Imposto de Importação (II) é uma tarifa alfandegária brasileira. É um imposto federal, em que somente a União tem competência para instituí-lo (Art.153, I, da Constituição Federal).

O fato gerador do Imposto de Importação ocorre quando da entrada de produtos estrangeiros no território nacional.

O contribuinte do imposto é o importador ou quem a ele a lei equiparar. Em alguns casos, o contribuinte é o arrematador.

A alíquota utilizada depende de ato infralegal, ou seja, decreto presidencial, pois sendo extra-fiscal, não está dentro do princípio da legalidade (art. 150, I da CF/88). A base de cálculo depende exclusivamente da alíquota a ser utilizada.

A função do Imposto de Importação é puramente econômica ou regulatória. Por essa razão, a Constituição previu que esse imposto não precisa obedecer ao princípio da anterioridade, ou seja, alterações nas alíquotas podem valer para o mesmo exercício fiscal (ano) em que tenha sido publicada a lei que o aumentou.

Seguem a mesma linha o Imposto de Exportação, o Imposto sobre Operações Financeiras, o Imposto sobre Produtos Industrializados, as contribuições sociais e os chamados "Impostos de Guerra" (Art. 150, § 1º da Constituição Federal). Em comum, há o fato de que todos esses tributos são federais.

23.2. ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O (ICMS) é um tributo que incide sobre a movimentação de mercadorias em geral, o que inclui produtos dos mais variados segmentos, como eletrodomésticos, alimentos, cosméticos e sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Somente os Governos dos Estados do Brasil e do Distrito Federal têm competência para instituí-lo (Conforme: Art.155, II, da Constituição de 1988).

O campo de incidência do ICMS é definido na origem pela própria Constituição Federal em seu Art.155.

A Constituição atribuiu competência tributária à União para criar uma lei geral sobre o ICMS, através de Lei Complementar (Lei Complementar 87/1996, a chamada "Lei Kandir").

A partir dessa lei geral, cada Estado institui o tributo por lei ordinária, o chamado "regulamento do ICMS" ou "RICMS", que é uma consolidação de toda a legislação sobre o ICMS vigente no Estado e é aprovada por Decreto do Governador.

Cada uma dessas leis está numa hierarquia, capitaneada pela Constituição Federal e que segue pela Lei Complementar, a Lei Ordinária e até o RICMS. Nenhuma dessas leis pode criar obrigações que não estejam contidas nas leis superiores a ela, sob pena de serem inválidas.

O principal fato gerador para a incidência do ICMS é a circulação de mercadoria, mesmo que se inicie no exterior. Além disso, o ICMS incide sobre serviços de telecomunicação e transporte intermunicipais e interestaduais.

O simples fato de a mercadoria sair do estabelecimento de contribuinte já caracteriza o fato gerador.

Não importa se a venda se efetivou ou não, mas sim se ocorreu a circulação da mercadoria; trata-se de uma situação de fato, não simplesmente de uma situação jurídica.

A prestação de serviço de transporte, no âmbito intermunicipal e interestadual, também caracteriza o fato gerador, bem como a prestação do serviço de telecomunicação.

23.3. ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

O imposto sobre serviços de qualquer natureza, com exceção dos impostos compreendidos em Circulação de Mercadorias (ICMS), conforme art. 155 II da CF/88 (ISSQN ou ISS), é um imposto municipal, ou seja, somente os municípios têm competência para instituí-lo (Art.156, III, da Constituição Federal).

A única exceção é o Distrito Federal, unidade da federação que tem as mesmas atribuições dos Estados e dos municípios.

O ISSQN tem como fato gerador a prestação (por empresa ou profissional autônomo) de serviços descritos na lista de serviços da Lei Complementar nº. 116 (de 31 de julho de 2003).

Como regra geral, o ISSQN é recolhido ao município em que se encontra o estabelecimento do prestador.

O recolhimento somente é feito ao município onde o serviço foi prestado (ver o artigo 3º da lei complementar citada) no caso de serviços caracterizados por sua realização no estabelecimento do cliente (tomador), por exemplo: limpeza de imóveis, segurança, construção civil, fornecimento de mão-de-obra.

Os contribuintes do imposto são as empresas ou profissionais autônomos que prestam o serviço tributável, mas os municípios e o Distrito Federal podem atribuir às empresas ou indivíduos que tomam os serviços a responsabilidade pelo recolhimento do imposto.

A alíquota utilizada é variável de um município para outro.

A União, através da lei complementar citada, fixou alíquota máxima de 5% (cinco por cento) para todos os serviços. A alíquota mínima é de 2% (dois por cento), conforme o artigo 88, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

A base de cálculo é o preço do serviço prestado.

A função do ISSQN é predominantemente fiscal. Mesmo não tendo alíquota uniforme, não podemos afirmar que se trata de um imposto seletivo.

o ISS não incide sobre locação de bens móveis, conforme jurisprudência do STF. (RE 116.121, Rel. Min. Marco Aurélio).

O ISS é devido ao município em que o "serviço é positivamente prestado, ainda que o estabelecimento prestador esteja situado em outro município" (Roque Carrazza). No entanto, cabe ressaltar que a Primeira Seção do STJ pacificou "o entendimento de que, para fins de incidência do ISS, importa o local onde foi concretizado o fato gerador, como critério de fixação de competência e exigibilidade do crédito tributário, ainda que se releve o teor do art. 12, alínea "a", do Decreto-Lei nº. 406/68." (AgRg no REsp 334188, DJ 23.06.2003 p. 245).

"O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 138 do STJ). "O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares" (Súmula 274 do STJ).

23.4. Tabelas

Esses impostos são calculados, conforme as alternativas de apuração: lucro real ou lucro presumido.

Micro e pequenas empresas, com faturamento de até R\$ 3.600.000,00 por ano, poderão recolher seus impostos de forma unificada através do Simples Nacional (IR, PIS, COFINS, CSLL, IPI) e do Simples Estadual (ICMS).

Descrevemos a seguir estas alternativas e as respectivas tabelas de incidência:

A) Lucro Real

Neste método de apuração, os impostos são calculados com base no lucro real da empresa, obtido considerando-se todas as receitas, menos todos os custos e despesas da empresa, de acordo com o regulamento do imposto de renda.

Impostos	Atividades	Alíquotas	Base de cálculo	Observações
IR	Comércio, Indústria e Serviços	15,00%	Lucro líquido	Se o lucro for superior a R\$ 20mil/mês haverá adicional de 10% sobre excesso
CSLL	Comércio, Indústria e Serviços	9,00%	Lucro líquido	
PIS	Comércio, Indústria e Serviços	1,65%	Valor da venda	O imposto sobre a venda deverá ser compensado com aquele sobre a compra
COFINS	Comércio, Indústria e Serviços	7,6%	Valor da venda	O imposto sobre a venda deverá ser compensado com aquele sobre a compra
IPI	Indústria	Variável	Valor da venda	O imposto sobre a venda deverá ser compensado com aquele sobre a compra
II	Importação	Variável	Valor da importação	
ICMS	Indústria e Comércio	0 à 25%	Valor da venda	O imposto sobre a venda deverá ser compensado com aquele sobre a compra
ISSQN	Serviço	2 à 5%	Valor da venda	

B) Lucro Presumido

Os impostos são calculados com base num percentual estabelecido sobre o valor das vendas realizadas, independentemente da apuração do lucro.

Impostos	Atividades	Alíquotas	Base de cálculo	Observações
IR	Comércio, Indústria e Serviços	1,20%	Valor da venda	
CSSL	Comércio, Indústria e Serviços	1,08%	Valor da venda	
PIS	Comércio, Indústria e Serviços	0,65%	Valor da venda	
COFINS	Comércio, Indústria e Serviços	3%	Valor da venda	
IPI	Indústria	Variável	Valor da venda	O imposto sobre a venda deverá ser compensado com aquele sobre a compra
II	Importação	Variável	Valor da importação	
ICMS	Indústria e Comércio	0 à 25%	Valor da venda	O imposto sobre a venda deverá ser compensado com aquele sobre a compra
ISSQN	Serviço	2 à 5%	Valor da venda	

C) Simples Nacional

Os impostos nacionais: IR, CSLL, PIS, COFINS, IPI são recolhidos de forma unificada, assim como outros tributos. Veremos mais adiante em nosso curso, informações mais completas sobre esta forma de recolhimento.

D) Classificação das Empresas

As empresas podem ser classificadas em 3 grupos, de acordo com seu faturamento dos últimos 12 meses e tendo como modelo a seguinte tabela:

SIMPLES NACIONAL	REGIME:		LIMITE*:
		MEI MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL	R\$ 60 MIL ao ano
		ME MICRO EMPRESA	R\$ 360 MIL ao ano
		EPP EMPRESA DE PEQUENO PORTE	R\$ 3,6 MILHÕES ao ano

*Faturamento bruto

Exercícios

- 1) Quem pode instituir o IPI?
- 2) O IPI incide sobre quais produtos?
- 3) Quando ocorre o fato gerador do IPI?
- 4) Quais as diferenças na base de cálculo de IPI em relação às vendas nacionais e às importações?
- 5) Quem pode instituir o Imposto de Importação?
- 6) Porque podemos dizer que tanto o IPI quanto o II são impostos com função regulatória?
- 7) Quem tem competência para instituir o ICMS?
- 8) Qual é o fato gerador para incidência do ICMS?
- 9) Qual a base de cálculo do ISSQN?
- 10) Qual a diferença entre Lucro Real e Lucro Presumido?



CLIQUE AQUI
PARA CONCLUIR